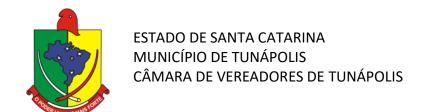




## PROJETO DE LEI Nº 33/2021

Autoriza o pagamento de aluguel pelo uso de áreas ocupadas pelo sistema de abastecimento de água do Município e contém outras providências.

- Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o pagamento de aluguel de áreas privadas ocupadas pelo sistema de abastecimento de água do Município, podendo proceder a limpeza e construção de açudes, reservatórios de água e instalação de todos os equipamentos necessários para captação e transporte.
- § 1º O Pagamento do aluguel mensal aos proprietários ou possuidores de lotes onde estão presentes as fontes de água ou açudes dos quais o Município utilizará, será calculado no valor de R\$ 0,04 (quatro centavos) a R\$ 0,07 (sete centavos) por metro quadrado ocupado, levando em conta a metragem da área ocupada, não inferior a 100 m² (cem metros quadrados).
- § 2º O valor específico será definido pela Comissão designada pelo Prefeito Municipal para este fim, considerando a frequência e a quantidade de água utilizada pelo sistema municipal de abastecimento de água na área ocupada.
- § 3º Os proprietários deverão permitir ao Município o acesso e instalação de todos os equipamentos necessários, autorizando inclusive que o Município proceda a limpeza dos açudes ou reservatórios, em havendo necessidade.
- § 4º Será lavrado Contrato entre as partes, sendo os valores reajustados anualmente no mesmo período e pelo mesmo índice utilizado pelo setor de tributos do Município, o qual corresponde a variação do IGPM do período.
- Art. 2º Somente serão incluídas as áreas ainda não beneficiadas por outro Termo ou legislação em vigor.
  - Art. 3º Fica revogada a Lei 1.182, de 26 de junho de 2014.
  - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



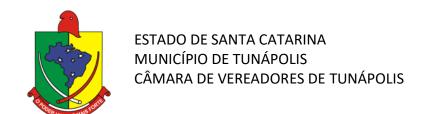


Câmara de vereadores de Tunápolis-SC, 13 de Setembro de 2021.

Comissão de Constituição e Justiça Legislação e Redação Final:

## FERNANDO WEISS Presidente

GUSTAVO LAWISCH Membro RENATO GLUITZ Membro





## MENSAGEM Nº 10/2021 DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores e demais Edis.

A comissão de Constituição, Justiça, Legislação e Redação final, ao analisar o projeto de lei n. 33/2021 que deu entrada no dia 06 de setembro, observou que o texto original estava eivado de vícios de redação e concordância, o que ensejaria na dificuldade de aplicação correta da lei.

Cientes de que a redação dada a Lei anterior, ora revogada, é semelhante a atual, entendemos que, como legisladores, temos a obrigação de aperfeiçoar cada vez mais o texto legal, a fim de evitar redundâncias e interpretações divergentes.

Diante disto, propomos a presente Emenda substitutiva, a qual tem como único intuito alterar a redação formal do projeto de lei 33/2021 de iniciativa do prefeito Municipal.

O novo texto não altera o objetivo da lei e nem valores aplicados, não inovando em qualquer circunstância. Apenas, visa dar ao texto uma aplicação prática mais simples e clara, deixando a redação de fácil interpretação.

Cientes da compreensão, ficamos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas, solicitando urgência na apreciação do Projeto de Lei Substitutivo, para posteriormente ser aprovado, a fim de possibilitar a adequação necessária da matéria em questão.

Comissão de Constituição e Justiça, Legislação e Redação Final:

FERNANDO WEISS Presidente

GUSTAVO LAWISCH Membro RENATO GLUITZ Membro